



FOLHA INFORMATIVA 1

1. O Projeto Práticas Nefastas – Fim à Mutilação Genital Feminina

Teve lugar no passado dia 7 de Novembro, no Amadora Inova, a apresentação do Projeto Práticas Saudáveis – Fim à Mutilação Genital Feminina, liderado pelo Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

O evento contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e da Secretária de Estado da Saúde, abrindo a sessão a Presidente da Câmara da Amadora.

Este projeto-piloto visa potenciar e articular o capital de experiência já adquirido, contemplando:

- Uma intervenção integrada para a prevenção e erradicação da MGF e o apoio às mulheres sujeitas à prática;
- A ênfase na dimensão local, incluindo o trabalho de proximidade às comunidades;
- A sustentabilidade das ações, aplicando e consolidando recursos, redes e métodos existentes para que, uma vez concluído o projeto, o trabalho de combate à MGF esteja melhor incorporado na política pública nacional e local, bem como no funcionamento e na dinâmica das entidades envolvidas, designadamente serviços públicos.

Será implementado nos territórios onde, segundo o Estudo de Prevalência do CesNova (2015), residirão o maior número de mulheres com MGF, residentes em Portugal, abarcados pelas seguintes Unidades de Saúde Pública: Almada-Seixal; Amadora; Arco Ribeirinho; Loures-Odivelas; Sintra.

O Projeto encontra-se estruturado em três eixos:

1. Integração nos instrumentos de política pública – promovendo e reforçando a integração da temática da MGF em instrumentos de política pública já existentes, nomeadamente nas áreas da saúde (Planos Locais de Saúde), da igualdade (Planos Municipais para a Igualdade, Planos para a Integração de Migrantes) e da educação (eg. Saúde Escolar, Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania).

Realça-se que a integração desta temática no Plano Local de Prevenção os Maus-Tratos da CPCJ da Amadora enquadra-se neste Eixo contribuindo para a sua execução.

2. Capacitação de profissionais – desenvolvendo ações de formação de profissionais para melhor compreensão da problemática e intervenção mais eficaz na prevenção da MGF, no apoio às meninas em situação de risco e às jovens e mulheres já sujeitas à prática, abarcando profissionais dos seguintes setores: saúde, educação, tribunais, órgãos de polícia criminal, autarquias, CPCJ, CLAS, CLAIM, mediadores/as comunitários e interculturais, técnicos/as que trabalham com imigrantes e refugiados/as, organizações da sociedade civil.



3. Intervenção comunitária – realizando, com base no diagnóstico de necessidades dos diferentes territórios, iniciativas junto das comunidades de risco e outras populações relevantes com o intuito de esclarecer, promover o debate e a reflexividade, bem como empoderar mulheres e homens para que se tornem agentes ativos no combate e prevenção da MGF.

A execução do Projeto, com a duração inicial de dois anos, está a cargo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.) e da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), que asseguram a coordenação geral do projeto e acompanham tecnicamente as Unidades de Saúde Pública (USP), envolvidas na conceção e implementação dos respetivos planos de trabalho locais.

Em cada USP será designada uma pessoa/ponto focal para o projeto, cabendo-lhes as seguintes tarefas:

- Elaboração de um plano de trabalho local, de acordo com as necessidades e especificidades do respetivo território;
- Implementação e animação local do Projeto, incluindo a realização de ações, a comunicação com entidades locais relevantes e a mobilização de serviços e profissionais para as iniciativas de capacitação e de intervenção comunitária;
- Elaboração de proposta de integração da problemática da MGF no Plano Local de Saúde e Planos de Ação das Unidades Funcionais envolvidas, bem como o acompanhamento de ações subsequentes.

2. Infografia sobre Igualdade de Género em Portugal

No mês em que se assinala Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres” (25 de novembro) a CIG lançou a infografia “Prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica - 2018” com enfoque na evolução de indicadores no período entre 2014 e 2017.

As políticas públicas de promoção da igualdade e não discriminação, sob coordenação da CIG, têm assumido como central a prevenção e o combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica e de género, alinhadas com as recentes orientações europeias e internacionais sobre a matéria, em particular com a Convenção de Istambul, do Conselho da Europa (ratificada por Portugal em 2013).

Documento disponível em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2018/11/AF_CIG_ViolDomestica_A4.pdf

3. Folha informativa sobre Casamentos Infantis, precoces e combinados



Os casamentos de crianças, casamentos infantis/precozes consistem na união, formal ou informal, em que um ou dois dos noivos tem menos de 18 anos de idade, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos da Criança. São objecto de combinação e negociação pelas próprias famílias, em sociedades onde não há escolha. Muito embora os casamentos infantis afectem crianças do sexo feminino e masculino, as raparigas são mais atingidas por esta prática: no Níger, por exemplo, 77% das mulheres entre os 20 e os 49 anos de idade casaram antes dos 18 anos de idade, quando o mesmo aconteceu apenas com 5% dos homens.

Descarregar o documento em:

https://popdesenvolvimento.org/publicacoes/descarregar.html?path=Folhas%2BInformativas%252FPDFACTOR_FolhaDadosNov2015_CasamInfantisPratNefastas.pdf

4. Outras informações

4.1. Sensibilização/Formação sobre MGF e Práticas Nefastas

No âmbito do *// MGF*, irão ter lugar um conjunto de sessões de informação/formação, a anunciar brevemente.

4.2. Orientações/Guias de procedimentos na área da MGF

Dada a necessidade de dar uma resposta perante a eventualidade de um caso, ou suspeita de realização de MGF, determinados grupos profissionais/áreas de intervenção criaram Orientações/procedimentos.

A transposição para o ordenamento jurídico nacional da Convenção de Istambul, com a subsequente revisão do Código Penal, dita a necessária atualização dos Guias existentes. Com esta ressalva, informa-se que os recursos existentes são:

- Guia de Informação e Orientação sobre MGF para Mulheres - Versão Português/Crioulo, elaborado pela Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO em parceria com a Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social, no âmbito do Projeto "NO LANTA - Levantemo-nos contra a Violência de Género - MGF", no ano de 2013.
Descarregar em: https://issuu.com/aguinenso/docs/guia_sobre_mgf_para_mulheres
- Guia de Informação e Orientação sobre MGF para Técnicos de Saúde/Sociais – elaborado pela Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUINENSO em parceria com a Questão de Igualdade - Associação para a Inovação Social, no âmbito do Projeto "NO LANTA - Levantemo-nos contra a Violência de Género - MGF", no ano de 2013.
Descarregar em: https://issuu.com/aguinenso/docs/guia_sobre_mgf_para_tecnicos
- Manual de Procedimentos para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Colaborar ativamente na prevenção e eliminação da Mutilação Genital Feminina – elaborado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens em 2016.
Descarregar em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/02/594-16_Manual_Proc_Prev_Mutilacao.pdf



// MGF – Intervenção Integrada pelo fim da Mutilação Genital Feminina

- Guia de procedimentos para Órgãos de Polícia Criminal, elaborado pela Escola de Polícia Judiciária, em 2012.
Descarregar em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/Guia_de_Procedimentos_para_orgaos_de_policia_criminal.pdf
- Orientação da Direção Geral da Saúde sobre Mutilação Genital Feminina, 005/2012 de 06/02/2012.
Descarregar em: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/orientacao_DGS.pdf

Poderá ser consultada documentação adicional/complementar sobre MGF na página da internet da CIG, em: <https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/mutilacao-genital-feminina/>

Pela Equipa Técnica da AJPAS
E-mail: ajpas.mgf@gmail.com
12/11/2018